

## **BOLETIM 96**

**Brasília, 5 de abril de 2016**

# **Programa Minha Casa Minha Vida poderá ter cota para trabalhadores da construção**

Em reunião na quarta-feira (6), a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá analisar, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 331/2015, que destina 5% das unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida aos trabalhadores da construção civil. A reunião terá início às 9h, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

De autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o projeto é relatado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), favorável à proposição, à qual não foram apresentadas emendas. Vanessa argumenta que as exigências burocráticas do Minha Casa Minha Vida impedem que segmentos manifestamente carentes de atendimento habitacional sejam beneficiados. No caso dos trabalhadores da construção civil, observa, essa exclusão é particularmente perversa, uma vez que esses trabalhadores são a mão de obra responsável pelo sucesso do programa.

Dados oficiais citados por Vanessa indicam que até 15 de novembro de 2014 foram contratadas 3,75 milhões e entregues 1,87 milhão de



no âmbito do Minha Casa Minha Vida. Apesar disso, destaca a senadora, ainda há amplas parcelas desassistidas - nelas incluídos os trabalhadores da construção civil - e que continuam a residir em condições bastante precárias.

*Fonte: Agência SENADO*

## **CDH do Senado também pode votar projeto que garante acessibilidade em imóveis do Minha Casa, Minha Vida**

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará reunião deliberativa na próxima quarta-feira (6), às 11h30. O destaque da pauta de votações é o PLS 650/2011, que garante o atendimento de demandas de acessibilidade para beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida. A pauta completa tem 21 itens, sendo 10 projetos de lei.



O PLS 650/2011 determina que os empreiteiros responsáveis pela construção dos imóveis financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida ficarão obrigados a promover, na obras, as adaptações necessárias para atender às necessidades particulares dos beneficiários idosos e portadores de deficiência. Os interessados deverão comunicar suas demandas antes da formalização do contrato de compra e venda.

A legislação que regulamenta o Minha Casa, Minha Vida já obriga todos os imóveis do programa, bem como as áreas comuns dos empreendimentos, a terem condições mínimas de acessibilidade. O PLS 650 trata de necessidades específicas de beneficiários individuais.

O projeto é de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE) e será votado na forma de um substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS). A decisão da CDH será terminativa, ou seja, o projeto não precisará ir a Plenário caso seja aprovado e poderá seguir direto para a Câmara dos Deputados.

Crianças

A CDH pode também apreciar algumas propostas que envolvem as crianças. O PLS 382/2011, por exemplo, determina que os centros de compras (como shopping centers) que possuem área de lazer infantil disponibilizem pelo menos 5% dos brinquedos com condições de acessibilidade para crianças portadoras de deficiência.

Já o PLS 531/2013 modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que se refere às regras de adoção para permitir que apenas um dos adotantes atenda ao requisito de ser 16 anos mais velho do que o adotado (atualmente, ambos precisam cumprir essa regra).

*Fonte: Agência SENADO*

## **Governo entrega defesa de Dilma e diz que não houve crime de responsabilidade**

Ao apresentar a defesa da presidente Dilma Rousseff na comissão especial que analisa o pedido de impeachment, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, afirmou que não houve crime e que o pedido só foi aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, por vingança, porque o PT manifestou-se favoravelmente à continuidade do processo disciplinar contra Cunha no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Já o presidente da Câmara rebateu as afirmações. “Ele [Cardozo] tem de defender o governo das acusações de corrupção e de obstrução da Justiça e não buscar, digamos assim, um antagonismo qualquer para se furtar de dar as explicações que precisa dar para o País e de convencer o Plenário da Câmara dos Deputados para abertura ou não do processo [contra Dilma]”, disse Cunha.

O presidente da Câmara lembrou que aceitou a denúncia contra a presidente Dilma Rousseff em 2 de dezembro de 2015 e que a primeira votação no Conselho de Ética sobre seu processo aconteceu no dia 15 do mesmo mês, o que descaracterizaria a tese de vingança. Segundo Cunha, Cardozo tenta criar uma polarização para desviar o foco do impeachment.

**Defesa de Dilma** - José Eduardo Cardozo afirmou que a defesa, que também foi entregue por escrito em documento com mais de 200



páginas, está baseada em apenas dois pontos: as pedaladas fiscais e os seis decretos que abrem créditos orçamentários. Isso porque, segundo o ministro, a denúncia foi recebida parcialmente e em relação a fatos ocorridos em 2015.

Quanto às pedaladas, Cardozo negou a existência de operações de crédito entre a União e bancos públicos nos repasses de recursos a programas sociais. Segundo a defesa, a presidente Dilma não atuou diretamente nesse processo e a ação direta de um presidente da República é um dos requisitos constitucionais para ensejar um impeachment.

Sobre a edição de decretos de crédito suplementar, Cardozo ressaltou que não implicou gastos extras do orçamento, mas em um remanejamento de recursos.

José Eduardo Cardozo disse que somente em situações excepcionalíssimas o mandato de um presidente da República pode ser cassado, por conta de suas garantias constitucionais. Segundo o ministro, crime de responsabilidade exige uma ação de má-fé, o que não ocorreu.

**Análise constitucional-** Para o advogado-geral da União, o impeachment pode ser considerado golpe se não houver crime que o justifique. Ele ressaltou que o processo de impeachment contra a presidente Dilma é nulo de pleno direito.

Assim que o ministro encerrou a defesa oral, o presidente da comissão especial do impeachment, deputado Rogério Rosso (PSD-DF), rebateu a crítica. “Um dos primeiros atos que esta mesa fez foi distribuir para cada um dos membros titulares e suplentes um exemplar da Constituição. Fomos pessoalmente, toda a mesa e o relator, ao Supremo Tribunal Federal apenas para dizer que o artigo 2º da Constituição, que trata da harmonia

entre os Poderes, é absolutamente fundamental para a democracia”, disse.

“Esta Presidência, e falo em nome de toda a comissão, tem utilizado a Constituição Federal como fonte absoluta de todas as decisões”, declarou Rosso.

O relator da comissão especial, deputado Jovair Arantes (PTB-GO), disse que vai começar imediatamente a analisar a defesa, confrontá-la com a denúncia e construir o contraditório. A ideia, conforme ressaltou, é apresentar o parecer antes do prazo de 5 sessões previsto no rito definido pelo Supremo Tribunal Federal.

*Fonte: Agência CAMARA*

## Cunha rebate afirmações do AGU na Comissão do Impeachment

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, rebateu nesta segunda-feira (4) as afirmações do advogado-geral da União (AGU), José Eduardo Cardozo, de que o processo de impeachment teria sido aceito como uma vingança. De acordo com o presidente, Cardozo faltou com a verdade em todos os sentidos e exerceu de forma “indigna” a defesa da presidente Dilma Rousseff na Comissão Especial do Impeachment.

“Ele tem de defender o governo das acusações de corrupção e de obstrução da Justiça e não buscar, digamos assim, um antagonismo qualquer para se furtar de dar as explicações que ele precisa dar para o País e de convencer o Plenário da Câmara dos Deputados para abertura



ou não do processo [contra Dilma]”, disse Cunha. Segundo o presidente, Cardozo tenta criar uma polarização com ele, Cunha, para desviar o foco do impeachment.

O presidente da Câmara lembrou que aceitou a denúncia contra a presidente Dilma Rousseff em 2 de dezembro de 2015 e a primeira votação no Conselho de Ética aconteceu no dia 15 do mesmo mês, o que descaracterizaria a tese de vingança.

**Pedidos arquivados** - Cunha também falou que arquivou nove pedidos de impeachment, sete contra Dilma Rousseff e outros dois contra o vice-presidente Michel Temer, inclusive o entregue na sexta-feira (1) pelo ex-ministro da Educação Cid Gomes: “Hoje despachei nove; ainda faltam alguns contra a presidente Dilma, uns cinco ou seis que ainda não houve tempo de despachar.”

Sobre o rascunho do voto do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de mandar a Câmara aceitar denúncia contra Temer, vazado na sexta-feira (1), Cunha disse que se a decisão for realmente essa, a Câmara vai recorrer.

**Eleições** - A pedido dos repórteres, Cunha comentou a proposta do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) de realização de eleições gerais em outubro deste ano para tentar resolver a atual crise política.

“Se houvesse Parlamentarismo no Brasil, ele estaria certo. Não podemos acabar com os mandatos em curso de senadores, deputados, prefeitos, governadores”, afirmou o presidente.

**Offshore** - O presidente da Câmara negou ter relação com uma empresa offshore criada pela firma panamenha Mossack Fonseca, especializada na abertura de offshores. “Não tem nenhum documento e eu desafio a provarem. Assino o

documento que quiserem, não há nenhuma vinculação minha direta ou indireta com essa empresa offshore citada.”

Fonte: Agência CAMARA



## Senador defende realização de eleições presidenciais em 2016

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) *(foto)* propôs nesta segunda-feira (4) que o Congresso Nacional construa uma proposta para a convocação de eleições presidenciais em 2016. Ele argumentou que essa seria a única saída pacífica e legítima para a situação atual do país.

— O Brasil enfrenta uma de suas maiores crises políticas da história recente e, ao mesmo tempo, uma grave recessão econômica. O povo está revoltado e surpreso com a paralisia do governo. Considero meu dever lançar essa sugestão.

Segundo Raupp, as eleições deveriam ser convocadas através de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e aconteceriam junto com as



eleições municipais já previstas para outubro. A apresentação de uma PEC por parlamentares requer o apoio de pelo menos 27 senadores ou 171 deputados federais.

O senador acrescentou que a conclusão do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, independente do resultado que tiver, não encerrará o acirramento político no país. E adiantou que, se o processo de impeachment chegar ao Senado, votará pelo afastamento da presidente.

Ele afirmou ainda que as “crescentes incertezas”, conforme descreveu, comprometem também a legitimidade do Legislativo, que vê sua atuação cada vez mais judicializada em função do agravamento dos embates e da não aceitação da posição divergente.

Raupp admitiu que não seria fácil encontrar embasamento legal para a convocação de novas eleições com a presidente Dilma ainda no exercício do mandato conquistado há dois anos. No entanto, ele disse acreditar que um diálogo entre os três poderes pode solucionar esse nó.

— Eu sei que falta expediente jurídico para permitir uma antecipação da eleição, mas se a presidente da República, o vice-presidente, o Congresso Nacional e o Judiciário se entenderem, isso pode ser aprovado aqui em 30 dias — ponderou.

Outros senadores já se pronunciaram em Plenário a favor da realização de novas eleições, com diferentes abordagens. Mais cedo nesta segunda, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para tratar exclusivamente de uma reforma do sistema político. Na última quinta-feira (31), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) bancou a

ideia de eleições gerais, que envolvessem também a renovação da Câmara dos Deputados e de dois terços do Senado.

*Fonte: Agência SENADO*

## **Senadores questionam contrapartidas para aumentar prazo das dívidas dos estados**

De acordo com o projeto de lei (PLP) 257/2016, os governadores que quiserem mais 20 anos para pagarem suas dívidas com a União e mais 10 anos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social terão que cumprir uma série de contrapartidas.

Os senadores questionam a equipe econômica por aumentar o prazo do pagamento dessas dívidas dos estados. O líder do governo diz que exigências são necessárias para a melhora das contas dos governadores. E lembrou que não são obrigatórias.



## Aprovada urgência para projeto sobre composição das comissões da Câmara

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 326 votos a 11 e 4 abstenções, o regime de urgência para o projeto que determina o recálculo da proporcionalidade partidária para a composição das comissões da Câmara após as migrações partidárias ocorridas no período autorizado pela janela criada pela Emenda Constitucional 9, de 2016.

O projeto (PRC 134/16, da Mesa Diretora) também muda a regra de alteração de titulares por suplentes nas comissões, determinando que os titulares sejam substituídos por suplentes do mesmo partido e não do mesmo bloco parlamentar do qual faça parte o partido.

**Acordo** - Entretanto, a votação da proposta ficou para esta terça-feira (5) em razão da necessidade de mais tempo para costurar um acordo sobre o mérito, a fim de garantir que o Conselho de Ética não seja afetado pelas novas regras de substituição de titulares.

Na votação, vários partidos chegaram a orientar pela obstrução, em busca de um acordo nesse sentido. Uma das emendas apresentadas, do deputado Alessandro Molon (Rede-RJ), prevê a aplicação da nova regra somente para as comissões que ainda serão formadas.

Segundo Molon, vários líderes já haviam manifestado concordância com a tese expressa por sua emenda. “Mudar as regras do jogo no meio do caminho não é aceitável”, afirmou, concordando com a tese de substituição de titular somente pelo deputado do mesmo partido apenas para as próximas composições do conselho.

O deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que defende a nova composição das comissões após a janela eleitoral, disse que a proposta atual já deixa claro que as regras valerão para os órgãos “que vierem a ser formados” após aprovar a resolução, ou seja, já não atingiria o atual conselho. No entanto, após as negociações em Plenário, Fraga concordou com a emenda. “Já que não faz diferença, somos a favor da emenda para não deixar dúvidas e aprovar a alteração”, disse.

*Fonte: Agência CÂMARA*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**